

A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS DE ALFABETIZAÇÃO: UMA ANÁLISE DA RECONTEXTUALIZAÇÃO EM UM MUNICÍPIO BAIANO.

Jaciara de Souza Santos

Mestranda em Educação; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Brasil; Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC; Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE.
jacy.s.santos@hotmail.com

Emilia Peixoto Vieira

Doutora em Educação; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Brasil; Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC; Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE.
emilcarl28@hotmail.com

Elioenai Santos de Santana Farias

Mestranda em Educação; Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC/ Brasil; Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Educação/PPGE/UESC; Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Educacional/PPeGE.
elienaifarias@hotmail.com

RESUMO:

O artigo em tela consiste no recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que tem como objetivo analisar como a Implementação das Políticas de Alfabetização, Pacto pela Educação na Bahia e PNAIC, foram recontextualizadas na rede pública de ensino de um município baiano. A pesquisa se ancora em uma postura dialética, uma vez que para entender o objeto de estudo é exigida uma leitura do real e das relações contraditórias existentes no processo educativo. O lócus da pesquisa é a rede pública de ensino de um município do extremo sul da Bahia, e os sujeitos são 16 professoras alfabetizadoras da rede que aceitaram participar da pesquisa. A metodologia adotada fundamenta-se na pesquisa-ação de Thiollent (2011) e foi utilizada para realizar os encontros coletivos com as professoras para discussão e reflexão das problemáticas da pesquisa. Utilizou-se de um questionário para obter um diagnóstico sobre o trabalho das professoras. A pesquisa se encontra em andamento, mas, alguns resultados preliminares podem ser elencados: a precariedade das condições de trabalho do professor, a contratação de alguns professores sem formação para atuar no ensino fundamental anos iniciais, a descontinuidade das políticas e programas de alfabetização.

Palavras-chave: Estado, Implementação de Políticas Educacionais, Políticas de Alfabetização.

Introdução:

Analisar a implementação de políticas públicas é compreender que estas estão em constante movimento dialético. Segundo Höfling (2001), “as ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados”. (HÖFLING, 2001, p. 35). Isso acontece pelo fato de as políticas públicas estarem voltadas especialmente a grupos diferentes, sendo que o impacto de tais políticas sofre o interesse expresso nas diferentes classes e nas relações de poder.

Nesse contexto, propomos analisar duas políticas educacional Pacto pela Educação na Bahia (Pacto Bahia) de 2011, e Pacto Nacional pela Idade Certa (PNAIC) de 2012, para compreender como estes programas que objetivam “alfabetizar todas as crianças até no máximo 08 anos de idade” foram gestados no município do extremo sul da Bahia, como foi o processo de implantação, tanto em nível governamental, como escolar. Desse modo, compreender em âmbito governamental as iniciativas para formulação e materialização da política, e, no lócus municipal, como as professoras interpretaram/interpretam essas políticas, focalizando o contexto da formação e prática pedagógica.

Para atingir o objetivo proposto, discute inicialmente, a concepção de “Políticas Públicas”, “Políticas Públicas Sociais” e “Políticas Educacionais” para elucidar as ações do Estado. Em seguida, discute acerca da implementação das políticas públicas na perspectiva de Arretche (2001). Por fim, analisa as percepções das docentes acerca da implementação das políticas de alfabetização no município.

O artigo em tela consiste em um recorte de uma pesquisa de mestrado em andamento que analisa como a implementação das Políticas de Alfabetização - Pacto Bahia e PNAIC foram recontextualizadas na rede pública de ensino de um município baiano. O artigo resulta de revisão bibliográfica, análise de documentos, diálogos com as docentes, fundamentada pela pesquisa-ação de Thiollent (2011), e questionário para um diagnóstico do trabalho das docentes da rede municipal estudada.

1. POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

A educação brasileira da década de 1990 aos dias atuais tem sido amplamente discutida para a busca da qualidade social, com a implementação de diversas políticas públicas educacionais.

Höfling (2001) entende as políticas públicas como o Estado em ação, ou seja, “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade” (HÖFLING, 2001, p. 31). Nessa direção, as políticas públicas são diretrizes traçadas por um governo, visando o desenvolvimento de um determinado setor da sociedade. Deste modo, essas políticas são entendidas como responsabilidade do Estado.

A autora faz uma distinção entre Estado e Governo,

Estado como o conjunto de instituições permanentes – como órgãos legislativos, tribunais, exército e outras que não formam um bloco monolítico necessariamente – que possibilitam a ação do governo; e Governo, como o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil e outros) propõe para a sociedade como um todo, configurando-se a orientação política de um determinado governo que assume e desempenha as funções de Estado por um determinado período (HÖFLING, 2001, p. 31).

Nessa perspectiva, Tondin (2013) afirma que, de modo geral, as políticas públicas refletem as decisões de um governo e se constituem em instrumentos a partir dos quais o Estado age na direção da sociedade, a fim de encaminhar demandas e resolver problemas de diferentes grupos com vistas à transformação da realidade.

As políticas públicas são desse modo, estrategicamente utilizadas como um mecanismo de resolução “pacífica” dos conflitos pelo Estado, que busca direcionar seus esforços para manter uma contínua formação e superação de equilíbrios instáveis, entre os interesses de determinado grupo dominante e os interesses dos grupos subordinados, cumprindo assim sua função de reproduzir as relações e estruturas de poder na sociedade de classes.

Entre as políticas públicas, encontramos as políticas sociais, que se referem segundo Höfling (2001), a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado. Tais ações devem estar voltadas para a diminuição das desigualdades.

[...] a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado, voltadas, em princípio, para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. As políticas sociais têm suas raízes nos movimentos populares do século XIX, voltadas aos conflitos surgidos entre capital e trabalho, no desenvolvimento das primeiras revoluções industriais (HÖFLING 2001, p. 34).

De acordo com Vieira (2011), isto significa que, para manter o equilíbrio em sociedade e continuar a manter o poder de uma determinada classe, o Estado se vê pressionado a emitir políticas sociais frente às reivindicações e demandas dos trabalhadores e dos setores não beneficiados pelo desenvolvimento capitalista. Com essas medidas, além de produzir condições materiais à maioria da população expropriada dos meios de produção, visa assegurar a forma de organização de uma determinada sociedade, no caso a capitalista.

Segundo Shiroma, Morais e Evangelista (2007) as políticas públicas sociais são mediatizadas pelas lutas, pressões e conflitos. Portanto, não são abstratas e estáticas, mas são empregadas de forma estratégica no decurso dos conflitos sociais e expressam a capacidade administrativa e gerencial do governo para implementar as decisões.

Dentre as políticas sociais, Höfling (2001) inclui a educação e esclarece ser uma política pública de corte social, de responsabilidade do Estado – mas não pensada somente por seus organismos. Para a autora, “a educação também assume ‘feições’ diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado” (HÖFLING 2001, p. 34). Isto porque a implementação da política pública para uma determinada sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo.

Oliveira (2010, p. 98) concebe as políticas educacionais como “[...] aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar”. Também Klein (2006, p. 140) entende que elas “[...] devem ser formuladas para se obter e manter uma educação de qualidade”, motivos pelos quais a qualidade da educação está diretamente relacionada à implementação das políticas públicas da área.

Nessa perspectiva, as Políticas educacionais são ações públicas voltadas à educação, interferem no campo educacional, visando assegurar o direito de todos os cidadãos à educação. Possuem peculiaridades históricas e legais que a diferem das demais políticas públicas sociais:

As políticas educacionais, nesta perspectiva, expressam a multiplicidade e a diversidade da política educacional em um dado momento histórico. Dizem respeito a áreas específicas de intervenção, daí porque se fala em políticas de educação infantil, educação básica, educação superior, etc. Cada uma delas, por sua vez, pode se desdobrar em outras. Isso significa dizer que, a

depende do ponto de vista de onde se examina uma determinada esfera de intervenção estatal, a relação entre o todo e as partes se modifica, na proporção direta do que é maior ou menor nos diferentes campos de atividade (VIEIRA, 2007, p. 56).

Os Programas Pacto pela Educação na Bahia (PACTO BAHIA) instituído em 28 de abril de 2011, conforme Decreto 12.792 e o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) instituído pela Portaria n.º 867, de 4 de julho de 2012, são ações das Políticas Públicas Educacionais elaboradas para combater os altos índices de analfabetismo ou a alfabetização tardia, e superar os baixos indicadores que vêm se repetindo ao longo da história da educação no Brasil, a fim de assegurar o disposto na CF/1988, o direito público subjetivo à educação a todo cidadão/cidadã brasileiro/a.

O Pacto pela Educação do governo do Estado da Bahia (PACTO BAHIA) foi inspirado no Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) de 2007, do governo do Estado do Ceará, e tem como principal objetivo melhorar a qualidade da educação, da leitura e da escrita nos anos iniciais do ensino fundamental por meio de um pacto de cooperação.

De acordo com o Decreto N.º 12.792 /2011 a Secretaria de Educação do Estado da Bahia (SEC-BA) estimava a garantia do direito de aprender aos estudantes da escola pública. As diretrizes visavam à erradicação do analfabetismo escolar, a alfabetização em Língua Portuguesa e Matemática das crianças até os (08) anos de idade, a promoção de formação continuada dos professores que atuam no ciclo de alfabetização, a seleção, produção e distribuição de material didático para os municípios adidos, a formalização dos processos sistêmicos de avaliação dos estudantes, a integração colaborativa entre as ações alfabetizadoras dos municípios e a garantia da autonomia pedagógica desses entes federados

O Programa está organizado em 3 (três) eixos: Formação, Gestão e Avaliação. Esta configuração foi influenciada pelo Programa de Alfabetização na Idade Certa (PAIC) do Ceará que está organizado em 4 (quatro) eixos, sendo esses: o de gestão, o eixo de avaliação, o eixo de literatura infantil e um eixo de formação.

O PNAIC é um pacto assumido pelos governos Federal, Distrito Federal, Estados e os Municípios, desde 2012, e vem sendo reestruturado para atender a Meta 5 (cinco) do Plano Nacional da Educação Lei n.º 13.005/2014, que estabelece a obrigatoriedade de alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Para o alcance dos objetivos, as ações do PNAIC compreenderam um conjunto integrado de programas, materiais e referências curriculares e pedagógicas, disponibilizados pelo Ministério da Educação/MEC, tendo como eixo principal a formação continuada dos professores alfabetizadores. Essas ações foram complementadas por outros três eixos de atuação: Materiais Didáticos e Pedagógicos, Avaliações e Controle Social e Mobilização.

Uma das ideias centrais da proposta dos programas é a de que se alfabetize letrando, ou seja, o aprendizado da leitura e da escrita precisa acontecer de forma que as crianças possam compreender os significados e possam aplicá-los ao meio em que vivem, com autonomia, percebendo a função social das habilidades da leitura e escrita que será alcançada através da formação do professor que atua do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental.

Pactos Bahia e PNAIC, constituem-se, portanto, como uma política educacional cuja formação de professores alfabetizadores se apresenta, na perspectiva governamental, como uma estratégia relevante para atenuar as discrepâncias existentes na aquisição da leitura e da escrita.

2. A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

A introdução dessas políticas educacionais exigiu de acordo com Arretche (1998), analisar a relação entre a implementação de uma determinada política pública e os resultados obtidos (ou não) a partir dela. A intenção, portanto, é demonstrar que determinada realidade social é resultado da implementação de determinada política pública.

Analisar a implementação de políticas públicas, é compreender que estas estão em constante movimento dialético, segundo Höfling (2001), “As ações empreendidas pelo Estado não se implementam automaticamente, têm movimento, têm contradições e podem gerar resultados diferentes dos esperados.” (HÖFLING, 2001, p. 35). Isso acontece pelo fato de as políticas públicas estarem voltadas especialmente a grupos diferentes, sendo que o impacto de tais políticas sofre o interesse expresso nas diferentes classes e nas relações de poder.

Para Arretche (2001), a implementação modifica as políticas públicas, a diversidade de contextos de implementação pode fazer com que uma mesma regulamentação produza impactos inteiramente diversos em diferentes unidades da federação. Segundo a autora,

quanto mais complexo um programa, maior será também a variedade de interesses e concepções envolvidos em sua execução (implementação).

Mainardes (2015) corrobora com essa ideia destacando a existência de perspectivas que consideram que as políticas não são meramente implementadas no contexto da prática, mas reinterpretadas, modificadas, recontextualizadas.

A autora enfatiza que ao analisar a implementação de uma política pública é preciso levar em consideração que:

a implementação de políticas supõe (pelos menos) dois tipos de agentes situados em pontos distintos: agentes encarregados da formulação dos termos da operação de um programa – os quais têm autoridade para definir os objetivos e o desenho do programa – e agentes encarregados de executá-lo, traduzindo suas concepções em medidas concretas de intervenção. Na prática, são estes últimos que fazem a política (ARRETHE 1998 p.53-54).

Nesse sentido, Santi e Lima (2006) corroboram, quando dialogam sobre a implementação das políticas públicas pelos sujeitos envolvidos no processo, pessoas que, positiva ou negativamente, se envolvem e deixam envolver, apresentando caminhos para a política pública. As autoras entendem que o Estado implanta as políticas, mas que são os sujeitos que, em última instância as implementam no dia-a-dia mediante as práticas cotidianas e que por questões de ordem objetiva e subjetiva “não correspondem com exatidão aos encaminhamentos traçados pelas políticas emanadas do Estado” (SANTI; LIMA, 2006, p. 263).

Segundo Arretche (1998), ao avaliar uma política é preciso levar em conta que a implementação modifica o desenho original das políticas, pois esta ocorre no ambiente caracterizado por contínua mutação, e mais que isto, deve considerar que os “implementadores” é que fazem a política, seguindo suas próprias referências e da diversidade dos contextos sociais, políticos, econômicos e pessoais.

Portanto, é possível compreender que é no âmbito do cotidiano das escolas que as políticas educacionais são implementadas e, que o desafio da materialização, compreende a interpretação e aplicação das diretrizes normativas, e implica no posicionamento dos sujeitos da escola, mas é preciso e tem importância de entender a política numa concepção dialética.

2.1 A Implementação de Políticas Educacionais no Município Baiano e um breve relato das discussões com as docentes participantes da pesquisa

Ao investigar uma política educacional, destaca-se a necessidade de investigar as especificidades históricas e o sistema de significações que permeiam as relações sociais que caracterizam na efetivação em um determinado contexto. É preciso uma abordagem que procure compreender a forma dialética como as determinações da esfera global se relacionam com as especificidades locais na implementação de uma determinada política.

Nesse sentido, apresentamos um pouco o campo da pesquisa, um breve recorte das discussões dos encontros coletivos com as professoras alfabetizadoras da rede pública de ensino acerca da implementação das políticas de alfabetização Pacto Bahia e PNAIC no município e os resultados preliminares, uma vez que a pesquisa ainda se encontra em andamento. Os encontros coletivos tiveram duração de em média 01 (uma) hora, no primeiro diálogo com as professoras foi utilizado um questionário diagnóstico com 25 perguntas abertas e fechadas a respeito do perfil dos professores, a formação e condições de trabalho, conhecimentos de leis e documentos que norteiam a educação brasileira e a prática pedagógica.

O campo de pesquisa é um município localizado na região do Território de Identidade Litoral Sul da Bahia com população aproximada de 19.275 habitantes (IBGE 2018). É atendido pelas redes municipal, estadual, federal e privada de educação. A rede pública municipal de educação é composta por vinte e duas escolas que atendem da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Foram convidadas para participarem da pesquisa em andamento 35 professores que participaram e/ou participam dos programas Pacto Bahia e PNAIC, e estão em salas de aula. Desse quantitativo, 16 (dezesesseis) docentes que participam/participaram do Pacto Bahia e/ou PNAIC na rede municipal de ensino no período de 2011 a 2018, se dispuseram a participar da pesquisa para discutir a implementação das políticas de alfabetização e os desafios do Ensino Fundamental Anos Iniciais no município.

Quanto ao Perfil das docentes que participam da pesquisa e responderam o questionário, podemos contatar que 14 professoras são funcionárias efetivas da rede e 02 são professoras contratadas, em média possuem entre 33 a 59 anos de idade, com vasta

experiência na educação, entre 04 a 33 anos de experiência docente no ensino fundamental anos iniciais.

Em relação à formação inicial e continuada, constatamos que 14 professoras possuem graduação completa em Pedagogia, dentre elas, 03 possuem especialização e 01 professora está cursando a segunda graduação, 01 professora está cursando a Pedagogia e 01 tem o magistério.

Em relação à instituição que cursou a formação inicial, 04 professoras estudaram em instituição pública e 11 professoras em instituições privadas na modalidade semipresencial. Esta situação pode indicar a possibilidade de uma formação aligeirada, menos acompanhamento acadêmico e uma frágil qualidade do curso.

Todas as professoras fizeram Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em suas formações iniciais, com temas voltados para a leitura e escrita, Educação de Jovens e Adultos, Indisciplina, Os quatro Pilares da Educação, Gestão Democrática na Escola Pública, Processo Ensino – Aprendizagem. Todas as professoras sinalizaram que tiveram alguma disciplina ou estudaram durante todo o curso com a temática Alfabetização. Nesse sentido, constatamos que o grupo de professoras alfabetizadoras são conhecedoras do assunto, do contexto das políticas de alfabetização e as problemáticas relacionadas a materialização dessas políticas no município.

No tocante às condições de trabalho, 14 professoras (80%) afirmam que possuem computadores em suas casas, 02 professoras (20%) afirmam não possuir computadores. Em relação a possuir materiais de apoio pedagógico (periódicos, livros, internet e entre outros) em suas residências para realização do planejamento de suas atividades docentes, todas as professoras responderam que possuem esses materiais.

Em relação aos materiais de apoio pedagógico que as escolas dispõem, estas responderam dispor de: aparelho de som, computador, Data show, televisão. Internet, DVD, livros, periódicos e impressora. Contudo, durante os diálogos para discussão dos dados do questionário, as professoras afirmaram que estes materiais são de uso restrito da gestão e secretaria escolar, conforme podemos observar na fala das professoras a seguir:

Tem esses equipamentos na escola, mas o professor não pode usar, fica lá na secretaria, na sala da direção. Falta material para o professor trabalhar na sala com os alunos, cartolina, papel metro, tinta, cola e até papel de ofício (Água-marinha, 3º encontro, 2018).

Muitas vezes o gestor justifica que as folhas de ofício são para impressão de

provas (Ágata, 3º encontro, 2018).

Ao relatarem suas condições de trabalho, as alfabetizadoras atribuem parte das dificuldades de se colocar em prática o que aprendem no PNAIC às circunstâncias pouco favoráveis. De acordo com uma professora,

É difícil realizar todas as atividades propostas pelos programas Pacto Bahia e PNAIC, pois os materiais para materialização dessas atividades não estão disponíveis nas escolas, no entanto, para outras atividades com visibilidade da comunidade ou da secretaria de educação estes materiais são disponibilizados. (Pérola, 3º encontro, 2018).

Em relação a espaço escolar específico para planejamento pedagógico, as professoras responderam que as escolas não possuem salas específicas para planejamento, estes são realizados na própria sala de aula, uma vez que os planejamentos são realizados após o período das aulas, uma vez por semana.

A minha escola não tem nem banheiro para os professores, é um só para todo mundo, vai ter sala de planejamento? (Ametista, 3º encontro, 2018).

Os diálogos com as professoras e as respostas dos questionários foram objetos de discussão do grupo e revelaram as condições de trabalho as quais estão submetidas às professoras. Condições estas, que vão da falta de material para realização das atividades em sala de aula, a infraestrutura das escolas. Nota-se que esses fatores interferem na implementação das políticas públicas, como podemos observar na fala da professora a seguir,

Tem outros fatores que atrapalha o PNAIC e outras políticas, o PNAIC o PACTO e outras políticas são muito boas, se você ler é muito boa, o governo faz umas políticas bonitas, mas, na escola, na prática é diferente, a estrutura das escolas, a falta de material para trabalhar, o menino que está desmotivado para estudar, que não tem condições de comprar um lápis, chega na escola com fome (Ametista, 2º encontro, 2018).

Basso (1998) pondera que tais condições (além de outras, como materiais didáticos, salários, etc.) influenciam diretamente na tomada de decisão das docentes inibindo, suas ações.

O que incita, motiva o professor a realizar seu trabalho? Este motivo não é totalmente subjetivo (interesse, vocação, amor pelas crianças etc.), mas relacionado à necessidade real instigadora da ação do professor, captada por sua consciência e ligada às condições materiais ou objetivas em que a atividade se efetiva (BASSO, 1998, 55).

Em relação ao conhecimento da proposta e normatização dos Programas de alfabetização, instituído pelo Ministério da Educação/MEC, que atua ou já atuou, nenhuma professora respondeu conhecer o Pacto pela Educação na Bahia, 14 professoras (87,5%) responderam conhecer o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e 02 professoras (12,5%) não responderam. Chamou-nos a atenção esses dados, visto que todas as professoras afirmaram já ter participado e/ou participam desses programas, no entanto, não conhecem a proposta destes. A respeito desse fato, uma professora justificou que,

Aqui os professores não precisam conhecer as políticas, são postas de cima para baixo, os professores só servem para executar, o professor não é ouvido, não pode opinar. Eu mesma, em 2013 estava com problema de saúde sério, não queria participar do PNAIC, mas fui obrigada pela secretaria de educação a participar. Colocaram o meu nome, só que não terminei, porque não melhorei. Nós professores temos que nos adaptar as políticas que vem de cima para baixo (Esmeralda, 3º encontro, 2018).

Ainda de acordo com as professoras, muitos professores também não estavam interessados em conhecer a proposta dos programas, pois o objetivo maior era a bolsa que era paga pelo governo federal, conforme percebemos a seguir,

E muitos, nesse período, só queriam participar/ brigavam para participar porque recebiam bolsa, depois que parou de pagar ninguém mais quis participar. A secretária de educação tinha que obrigar, dar faltas (Amazonita, 3º encontro, 2018).

Diante dos dados e discussões podemos perceber as contradições do processo educativo. É importante o conhecimento das leis que normatizam as políticas educacionais e, consequentemente, a nossa prática pedagógica, mas conhecer não significa efetivamente mudanças, as condições materiais, por exemplo, dificultam a materialização dessas políticas. Conhecer é importante, mas exige também outros fatores.

Quando perguntadas se os documentos nacionais têm contribuído de alguma forma

para o seu trabalho com a alfabetização das crianças na unidade educacional, as professoras afirmaram que fizeram diferença no desempenho da prática pedagógica, no entanto, tem necessidade de momentos de estudos mais aprofundados que contribuam para o fazer pedagógico, com foco na alfabetização dos educandos; deram subsídios para a melhoria da práxis pedagógica, melhor compreensão da temática no processo de alfabetização, contudo, ainda não perceberam resultados satisfatórios quanto aos índices e metas.

Quanto a organização da Política de Alfabetização Pacto Bahia e PNAIC no município, um técnico da Secretaria de Educação esclarece que,

É preciso também falar nessa proposta dentro da política como chega no município, porque existe uma proposta em nível estadual e federal, até porque o Pacto Bahia foi feita uma junção, a fusão do PNAIC e PACTO BAHIA, visto que chegaram à conclusão que tinha um mesmo objetivo, então tinha dois momentos para, o momento que o professor estaria com o Pacto Bahia e o momento que estaria com o PNAIC, sendo que o objetivo é um, entrar no município. Dentro do município, entendeu o seguinte, que não existe inicialmente, houve essa conotação de o professor iniciou no Pacto Bahia e vai acompanhar a sua turma, em 2017 muitos professores que estavam no Pacto Bahia está no 1º ano, está no 2º ano, hoje em 2018 é um outro grupo de professores que nem estavam no Pacto, entendeu aí?, no qual não há uma continuidade, então volta a fazer de novo aquele trabalho, as mesmas informações daquele profissional que está desde o início, se torna até sem atrativo, porque tem que dar conta desses profissionais que estão chegando agora, são fatores que comprometem (T.S.E. 1º encontro, 2018).

Nesse sentido, a respeito da descontinuidade das iniciativas da educação, os autores Lombardi e Saviani (2008) preconizam que:

[...] parece que cada governo, cada secretário de educação ou cada ministro quer imprimir sua própria marca, deixando de lado os programas implementados nas gestões anteriores. Com esse grau de descontinuidade não há como fazer frente às questões especificamente educacionais dado que, como se mostrou, trata-se de um tipo de atividade que requer continuidade (LOMBARDI; SAVIANI, 2008, p. 271).

Portanto, a partir desses dados elencados a partir das discussões nos encontros coletivos com as docentes participantes da pesquisa de mestrado em andamento do questionário aplicado nota-se que desde a estrutura das escolas, condições de trabalho e a formação dos professores pós programas Pacto Bahia e PNAIC influenciam a implementação

ou o sucesso das políticas públicas educacionais e que estas precisam ser levadas em consideração ao analisar a implementação das políticas educacionais.

Considerações Preliminares

Ao estudar a implementação de uma política pública educacional é necessário levar em consideração os diversos fatores que interferem a materialização da política, é preciso considerar os diversos fatores que interferem na atuação do professor após formação dos Programas Pacto Bahia e PNAIC, levar em consideração principalmente as questões que envolvam o contexto da sala de aula.

Diante dos dados discutidos na pesquisa apresentamos algumas das nossas inferências, podemos constatar a precariedade das condições de trabalho do professor no município, a contratação de alguns professores sem formação para atuar no ensino fundamental anos iniciais na rede pública e a descontinuidade das políticas e programas de alfabetização, uma vez que não existe no município uma política própria de alfabetização.

Portanto, nota-se que a formação do professor e a sua prática pedagógica são importantes para que se efetive uma política de alfabetização no âmbito da escola. No entanto, é preciso também analisar no campo da política educacional como foi o processo de formulação das políticas de alfabetização e as iniciativas para sua materialização, considerando as realidades dos municípios que são bastante desiguais, assim como as desigualdades de escola de um mesmo local, situadas em contextos socioeconômicos diferenciados. Nesse contexto, o presente artigo se propõe a contribuir para a ampliação da compreensão das situações enfrentadas pelos municípios para a efetivação do direito à educação no país e, mais especificamente, no Território Litoral Sul da Bahia.

REFERÊNCIAS

ARRETCHE, Marta. **Tendências no estudo sobre avaliação**. In E. M. Rico (Ed.), Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate (pp. 29-39). São Paulo: Cortez, 1998.

_____ **Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas.** In: BARREIRA, M. C. R. N.; CARVALHO, M. do C. B. de. (Orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais.** São Paulo: IEE/PUCSP, 2001. p. 43-56

BASSO, Itacy Salgado. **Significado e sentido do trabalho docente.** Disponível em versão online no sítio:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010132621998000100003&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acessado em 06 de janeiro de 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

HÖFLING, Eloísa de Mattos. **Estado e políticas (públicas) sociais.** Cadernos CEDES, ano XXI, n. 55, novembro/2001. p. 30-41

KLEIN, R. **Como está a educação no Brasil? O que fazer? Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação.** Rio de Janeiro, Cesgranrio, v.14, n.51, p.139-171, abr./jun. 2006

LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D. (Orgs.) **Marxismo e educação: debates contemporâneos.** 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática.** In: **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas,** Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora: PUC Goiás, 2010, páginas 93-99.

MAINARDES, J. **Reflexiones sobre el objeto de estudio de la política educativa.** In: Tello, C. (Comp.). **Los objetos de estudio em política educativa. Hacia una caracterización del campo teórico.** Buenos Aires: Autores de Argentina, 2015b, p. 25-42. Disponível em: Acesso em: 01/08/2018.

SANTI, A. P.; LIMA, A. B. D. **As políticas curriculares no estado do Paraná nas décadas de 80 e 90: a concepção da escola sobre as políticas de currículo.** In: GUIMARÃES, F. M. N. **Estado e Políticas Sociais no Brasil.** Cascavel: UNIOESTE, 2006.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. M.; EVANGELISTA, O. **Política Educacional.** 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina, 2007.

TONDIN, C. F. **Políticas públicas de educação para os/as agricultores/as familiares: um diálogo entre a Fetraf-Sul/Cut e o Estado.** 2013. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Políticas e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples.** In: *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação.* V. 23 n.1 jan/abr. 2007.

VIEIRA, E. P. **As condições de trabalho docente no ensino superior público no contexto das reformas educacionais brasileiras.** Tese de doutorado pela UNICAMP, 2011.